

AO (A) EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE – ESTADO DE MINAS GERAIS.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 090/2022

OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ITEM 19 E ANEXO I DO EDITAL.”

A Empresa **LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA** - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.146.943/0001-22, com sede na Avenida Antônio Diederichsen, nº 400, sala 302, Jardim América, na cidade de Ribeirão Preto/SP, CEP 14020-250, doravante tratada apenas por “Líder”, por seu representante legal infra assinado, vem, tempestivamente, com fulcro na alínea “a” do inciso I do Art. 109, da Lei nº 8666/93, à presença de V. S^{as}., a fim de:

INTERPOR RECURSO

Em face do recurso em razão da decisão da Administração Pública, que declarou os documentos da empresa MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA apresentavam-se corretos em consonância com o exigido em edital, todavia, data máxima vênua, não reflete a realidade, conforme fatos consubstanciados adiante.

I – DA TEMPESTIVIDADE

Inicialmente, comprova-se a tempestividade deste recurso, com base na decisão do ilustre pregoeiro, conforme consignado na ata da sessão, respeitando o preceito legal, concedendo, no dia 13/03/2023 prazo de 03 (três) dias úteis à Líder Engenharia e Gestão de Cidades Ltda. – ME, para demonstração dos memoriais de recurso, ou seja, até às 23h59min., do dia 16/03/2023.

Em virtude do acima exposto, é tempestivo o recurso que está sendo este protocolado no dia 14/03/2023.

Isto posto, requisitamos que seja confirmado recebimento e deferimento de tempestividade, na recepção da documentação, com fim de assegurar direito próprio, baseados no Art. 5º, inciso XXXIII da CF, *in verbis*:

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”

II – DAS RAZÕES

A empresa **LÍDER ENGENHARIA E GESTÃO DE CIDADES LTDA – ME**, doravante denominada apenas por “Líder”, atua no segmento pertinente ao objeto da licitação, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, no dia 14/03/2022, no horário aprazado pela Administração Pública, encontrava-se credenciada para o certame, participou da fase de lances, apresentando a terceira melhor proposta, sendo a proposta com melhor valor desclassificada por não apresentar a documentação exigida em edital, passando-se assim, à avaliação dos documentos da segunda proposta de melhor valor a qual teve como proponente a empresa MB CONSULTORIA, PROJETOS E PLANEJAMENTO LTDA.

Após a análise da documentação, a ilustre comissão, entendeu que a documentação apresentada pela empresa “MB” estava em correição, passando a sessão para a fase de interposição de recursos.

A Líder, de plano identificou que a documentação apresentada pela empresa “MB” foi apresentada de maneira dissonante à requisitada em edital, uma vez, que, o edital foi claro na exigência de cópias autenticadas, sejam pela Comissão de Licitações, seja por Cartório Competente ou Autenticados Digitalmente por Cartório Competente, o que efetivamente não ocorreu no presente certame, uma vez que os seguintes documentos foram apresentados apenas em cópias simples:

1. Atestado de Jaguapitã/PR – que comprovaria a experiência do Dr. Victor com Direito Urbanístico (frise-se que o mesmo não possui especialização requisitada no item 8.7.4 b, do edital, e a experiência não deve ser aceita por não ser proveniente de documento autenticado, portanto, já deveria ser desclassificada a empresa de plano);
2. Contrato de prestação de Serviços com o prestador Victor;
3. Não é apresentado diploma do Sr. Victor (advogado)
4. Contrato de prestação de serviços com a prestadora Ivanira;
5. Diplomas da prestadora Ivanira;
6. Diplomas da sócia Marcia.

Isto posto, em virtude de o edital ser claro quanto as exigências de documentos devidamente autenticados, conforme abaixo:

“8.11. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em via autenticada previamente pela equipe de apoio, ou por cartório competente, ou ainda, autenticados digitalmente por cartórios competentes.”

Requisitamos que a empresa MB seja desclassificada do certame, por apresentar documentos em cópias simples, de impossível verificabilidade e aferição da veracidade e validade dos mesmos.

II.1 – DA IMPOSSIBILIDADE DE VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Conforme se depreende do artigo 32 da Lei 8.666/1993, em vigor, este dispõe que:

“Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.”

Bem como dispõe do Edital (fls. 11)

“8.11. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em via autenticada

previamente pela equipe de apoio, ou por cartório competente, ou ainda, autenticados digitalmente por cartórios competentes.

Ou seja, o edital já previa que, para que os documentos originais pudessem ser autenticados pela Equipe de Apoio, deveriam ser submetidos previamente à equipe, todavia, os mesmos apenas poderiam aferir a veracidade da documentação possuindo as mesmas em mãos.

Outrossim, restou consignado que há a possibilidade de dos documentos serem apresentados por meio de cópias autenticadas por cartório competente ou digitalmente por cartório competente, sob pena de inabilitação, conforme o abaixo:

“8.13. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste edital **inabilitará o licitante.”**

Vejamos, a empresa MB apenas apresentou cópias simples, ou seja, de forma dissonante do requisitado, e, portanto, deve se inabilitada.

Atualmente é cristalino e amplamente difundido que o cartório competente para emitir, seja digitalmente ou não, cópia autêntica é o Tabelião de Notas ou o Cartório de Notas, a depender da comarca em que se encontre o emissor do documento. É cristalino também, que, conforme a Provimento nº. 100/2020, emitida pelo CNJ, que é competência do CENAD a emissão de documentação digital, como cópia autenticada, de maneira idônea e com possibilidade de verificação de autenticidade.

Ao arrepio da norma, a MB apresentou apenas documentos em cópias simples, e, para que se privilegie o princípio da igualdade e da vinculação ao instrumento convocatório, deve-se de plano a Administração Pública desclassificar a empresa MB.

Por fim, conforme se verifica, com a impossibilidade da aferição da veracidade da documentação apresentada, primeiramente com o atestado, o Dr. Victor não poderia ser habilitado como tendo a experiência ou a formação requisitada, dispensando maiores discorrimientos quanto aos demais prestadores consignados ao processo pela empresa MB, devendo a referida empresa ser inabilitada, também por não apresentar a comprovação da equipe técnica aos moldes requisitados pelo edital.

III – DO DIREITO

Demonstradas as razões recursais, passamos a demonstrar o direito ao qual nos balizamos para interposição do presente recurso.

Vejamos, o edital é cristalino, deve-se apresentar documento em cópia autenticada, por qualquer dos meios idôneos, *in verbis*:

“8.11. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em via autenticada previamente pela equipe de apoio, ou por cartório competente, ou ainda, autenticados digitalmente por cartórios competentes.”

Cristalino também o é, o edital, ao narrar que em caso de documento apresentado em desacordo com o edital (vide 8.11), tornará a empresa licitante que apresentar os documentos em desacordo inabilitada, *in verbis*:

“8.13. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste edital inabilitará o licitante.”

Na esteira da modalidade Pregão Eletrônico, pressupõe-se que os documentos devem acompanhar o tipo de processo, ou seja, documento eletrônico, devidamente constituído por autoridade competente para fazê-lo. Qual seja, nos casos de atestados de capacidade técnica, diplomas entre outros documentos físicos, devem ser “transformados” em digital, através da digitalização ou desmaterialização, competência aferida ao Central Notarial de Autenticação Digital – CENAD.

Vejamos, para tanto, o que aduz o Provimento nº. 100/2020, do CNJ, *in verbis*:

“Art. 2º. Para fins deste provimento, considera-se:

VIII - digitalização ou desmaterialização: processo de reprodução ou conversão de fato, ato, documento, negócio ou coisa, produzidos ou representados originalmente em meio não digital, para o formato digital;”

“XVII - CENAD: Central Notarial de Autenticação Digital, que consiste em uma ferramenta para os notários autenticarem os documentos digitais, com base em

seus originais, que podem ser em papel ou natos-digitais,”

“Art. 22. A desmaterialização será realizada por meio da CENAD nos seguintes documentos:

I - na cópia de um documento físico digitalizado, mediante a conferência com o documento original ou eletrônico; e

II - em documento híbrido.

§ 1º Após a conferência do documento físico, o notário poderá expedir cópias autenticadas em papel ou em meio digital.

§ 2º As cópias eletrônicas oriundas da digitalização de documentos físicos serão conferidas na CENAD.

§ 3º A autenticação notarial gerará um registro na CENAD, que conterá os dados do notário ou preposto que o tenha assinado, a data e hora da assinatura e um código de verificação (hash), que será arquivado.

§ 4º O interessado poderá conferir o documento eletrônico autenticado pelo envio desse mesmo documento à CENAD, que confirmará a autenticidade por até 5 (cinco) anos.”

Isto posto, não resta dúvida que a documentação apresentada pela MB não contempla o solicitado, e, portanto, não cumpre o Princípio da Vinculação ao Edital, e o Princípio do Julgamento Objetivo, previstas no Art. 3º., da Lei 8.666/91, *in verbis*:

“3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (grifo nosso)

Sobre a vinculação ao edital, versa o saudoso professor Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo. Malheiros, 2011 (pg.275/276)”, o que se segue:

“O edital “é lei interna da licitação” e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu”

Sobre o julgamento objetivo da proposta, versa o saudoso professor Hely Lopes Meirelles, em sua obra “Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo. Malheiros, 2011 (pg.275/276)”, o que se segue:

“Julgamento objetivo é o que se baseia no critério indicado no edital e nos termos específicos das propostas. É princípio de toda licitação que seu julgamento se apoie em fatores concretos pedidos pela Administração, em confronto com o ofertado pelos proponentes dentro do permitido no edital ou convite. Visa afastar o discricionaríssimo na escolha das propostas, obrigando os julgadores a aterem-se ao critério prefixado pela Administração, com o que se reduz e se delimita a margem de valoração subjetiva, sempre presente em qualquer julgamento (arts. 44 e 45). ”
(2005, p. 272). (grifo nosso)

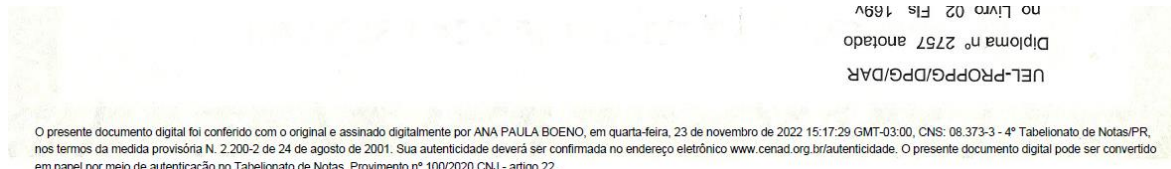
Quanto ao tema da necessidade da administração em selecionar a proposta mais vantajosa, leciona o professor Marçal Justen Filho, que:

“O julgamento objetivo exclui a parcialidade (tomada de posição segundo o ponto de vista de uma parte). Mas isso é insuficiente. Além da imparcialidade, o julgamento tem de ser formulado à luz dos valores protegidos pelo Direito (...). Não se admite que, a pretexto de selecionar a melhor proposta, sejam amesquinhados as garantias e os interesses dos licitantes e ignorado o disposto no ato convocatório”

Outrossim, demonstrado o *fumus boni iuris*, e a evidencia do direito, é dever da administração se retratar da decisão exarada, com fim de que seja considerada a MB, desclassificada do certame.

Por fim, demonstramos como deveria ser apresentado o documento por parte da MB, com um dos documentos que apresentamos para o presente certame.

Vejamos abaixo, o que deveria conter no documento da MB, que efetivamente não ocorreu:



Assinatura digital colhida no documento: Especialização do profissional – Marcelo Gonçalves – nela consta a assinatura digital da Sra. Ana Paula Boeno – funcionária do 4º Tabelionato de Notas do Paraná – sendo a assinatura registrada no CENAD.

V – DO PEDIDO

Em face do exposto, requer-se seja o presente RECURSO, seja julgado procedente, com efeito para:

- i. **Conhecer o recurso da empresa Líder Engenharia e Gestão de Cidades Ltda.-ME;**
- ii. **Declarar a empresa MB inabilitada no certame;**
- iii. **Por fim, em sendo julgado improcedente esta Impugnação, seja este remetido à instância superior, em conformidade com § 4º, do art. 109, da Lei nº 8.666/93.**

Nestes termos,
Confia no deferimento.
Cordialmente,

Ribeirão Preto, 14 de março de 2023.

Robson Ricardo Resende
Engenheiro Sanitarista e Ambiental
Sócio Proprietário
CREA/SC 099639-2